



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 14/2016

Aos vinte e seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, a **UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA JUSTIÇA FEDERAL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE** -, com registro no CNPJ/MF n. 05.429.148/0001-60 e sede na Alameda Ministro Miguel Ferrante, s/n, Portal da Amazônia, CEP.: 69.915-632, Rio Branco/AC, neste ato representado pelo Diretor da Secretaria Administrativa, **José Alves de Albuquerque**, no uso de suas atribuições legais, resolve REGISTRAR OS **PREÇOS** do fornecedor abaixo, vencedor do Pregão Eletrônico n. 28/2016, para fornecimento de **PNEUS**, observadas as disposições contidas na Lei n. 10.520/2002; Decretos ns. 7.892/2013 e 5.450/2005; e subsidiariamente na Lei n. 8.666/93, Resolução/TRF n. 15/2000, alterada pela Resolução/TRF n. 07/2003, e Processo Administrativo Eletrônico n. 0001297-71.2016.4.01.8001 - JFAC.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

Para os efeitos desta Ata, são adotadas as seguintes definições:

- a) Órgão Gerenciador - órgão ou entidade da Administração Pública Federal responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente;
- b) Órgão Participante - órgão ou entidade da Administração Pública que participa dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de Preços e integra a ata de registro de preços;
- c) Órgão Não Participante - órgão ou entidade da Administração Pública que, não tendo participado dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos desta norma, faz adesão à ata de registro de preços.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para o registro de preços objetivando a aquisição eventual e futura de **pneus**, cujos quantitativos, especificações, preços e fornecedores foram previamente definidos, através do procedimento licitatório em epígrafe.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ÓRGÃOS INTEGRANTES

Integra a presente Ata a Seção Judiciária do Estado do Acre, localizado em Rio Branco/AC, na qualidade de **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPETÊNCIAS DO ÓRGÃO GERENCIADOR

Caberá à Seção Judiciária do Estado do Acre, na qualidade de órgão gerenciador, a prática de todos os atos de controle e administração da presente Ata de Registro de Preços, e ainda os seguintes:

- a) gerenciar a Ata de Registro de Preços;
- b) conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- c) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e
- d) aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.

CLÁUSULA QUINTA - DOS PREÇOS REGISTRADOS

A partir desta data, ficam registrados nesta Seção Judiciária os preços do fornecedor a seguir relacionado,

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

objetivando o compromisso de fornecimento de pneus, nas condições estabelecidas no ato convocatório e mediante emissão/recebimento de Nota de Empenho.

FORNECEDOR: AGUIA AZUL PNEUS LTDA - EPP. CNPJ: 05.391.917/0001-88, com sede na Avenida Getúlio Vargas, 2339, bairro Bosque. CEP: 69.908-650, em Rio Branco/AC. Telefone: (68) 32232196. Email: augepneus@bturbo.com

ITEM	UNID.	QUANT	PEDIDO MÍNIMO	ESPECIFICAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO - R\$	PREÇO TOTAL - R\$
1	UNID	12	6	<p>Pneu com as seguintes especificações: LARGURA NOMINAL: 275 PERFIL (altura da secção do pneu): 80 RADIAL R DIÂMETRO DO ARO (POL.): 22,5 IC / SV (índice de carga/símbolo de velocidade: 149/146L LARGURA DO ARO DE MEDIÇÃO (POL): 7,50 CAPACIDADE DE LONA: 16 DIÂMETRO EXTERNO (em mm):102,3 DATA DE FABRICAÇÃO:</p> <p>Incluindo o serviço de retirada e recolocação das rodas, montagem e calibração dos pneus.</p> <p>O produto deverá atender às Normas ABNT NBR 5531, NBR 6087 e NBR 6088.</p> <p>FABRICANTE: GOODYEAR MARCA: GOODYEAR MODELO/REFERÊNCIA: G-658</p>	1.634,00	19.608,00
2	UNID	20	4	<p>Pneu com as seguintes especificações: LARGURA NOMINAL: 265 PERFIL (altura da secção do pneu): 70 RADIAL: R IC / SV (índice de carga/símbolo de velocidade: 210/130L LARGURA DO ARO (POL):16 DATA DE FABRICAÇÃO:</p> <p>Incluindo o serviço de retirada e recolocação das rodas, montagem e calibração dos pneus.</p> <p>FABRICANTE: GOODYEAR MARCA: GOODYEAR MODELO/REFERÊNCIA: ADVENTURE</p>	819,00	16.380,00
3	UNID	10	4	<p>Pneu com as seguintes especificações: LARGURA NOMINAL : 195 PERFIL (altura da secção do pneu): 60 RADIAL : R IC / SV (índice de carga/símbolo de velocidade: 210/130 DIÂMETRO DO ARO (POL): 15 DATA DE FABRICAÇÃO:</p> <p>Incluindo o serviço de retirada e recolocação</p>	341,00	3.410,00

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
 SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

				das rodas, montagem e calibração dos pneus. FABRICANTE: GOODYEAR MARCA: GOODYEAR MODELO/REFERÊNCIA: EAGLESPORT		
4	UNID	10	4	Pneu com as seguintes especificações: LARGURA NOMINAL: 175 RADIAL: R PERFIL: 80 DIÂMETRO DO ARO (polegada): 14 DATA DE FABRICAÇÃO: Incluído o serviço de retirada e recolocação das rodas, montagem e calibração dos pneus. FABRICANTE: GOODYEAR MARCA: GOODYEAR MODELO/REFERÊNCIA: DURAPLUS	268,00	2.680,00

CLÁUSULA SEXTA – DO FORNECIMENTO

O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Seção Judiciária do Estado do Acre mediante emissão da respectiva Nota de Empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O fornecedor registrado fica obrigado a atender todos os pedidos da Seção Judiciária do Estado do Acre efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O fornecedor se obriga a manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Edital de Pregão.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo à Seção Judiciária do Estado do Acre promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas na alínea "d", inciso II, do *caput* do art. 65, da Lei n. 8.666/1993.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

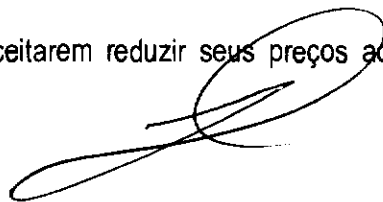
Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Seção Judiciária do Estado do Acre convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

PARÁGRAFO QUARTO

Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Seção Judiciária do Estado do Acre poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e
- b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

PARÁGRAFO QUINTO

Não havendo êxito nas negociações, a Seção Judiciária do Estado do Acre procederá a revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

PARÁGRAFO SEXTO

O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) descumprir as condições da ata de registro de preços;
- b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no parágrafo anterior será formalizado por despacho da autoridade competente da Seção Judiciária do Estado do Acre, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO OITAVO

O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por razão de interesse público; ou
- b) a pedido do fornecedor.

CLÁUSULA OITAVA - DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência da Seção Judiciária do Estado do Acre.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar a Seção Judiciária do Estado do Acre da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com a Seção Judiciária do Estado do Acre e órgãos participantes.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO ACRE

entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para a Seção Judiciária do Estado do Acre e órgãos participantes.

PARÁGRAFO QUARTO

O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para a Seção Judiciária do Estado do Acre e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

PARÁGRAFO QUINTO

Após a autorização da Seção Judiciária do Estado do Acre, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

PARÁGRAFO SEXTO

Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências a Seção Judiciária do Estado do Acre.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de um ano, a contar da data da sua assinatura, vigorando até o dia 26 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A presente Ata será divulgada na página da Seção Judiciária do Estado do Acre (www.jfac.jus.br) e no portal Comprasgovernamentais (www.comprasgovernamentais.gov.br).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Acre, em Rio Branco-AC, com renúncia de qualquer outro.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Integram a presente Ata, independente de transcrição, o Edital do Pregão n. 28/2016 e seus anexos e a proposta da empresa vencedora.

PARÁGRAFO ÚNICO

Os casos omissos serão resolvidos com base na legislação pertinente, aplicando-se ao presente instrumento as regras dispostas no Edital e seus anexos.

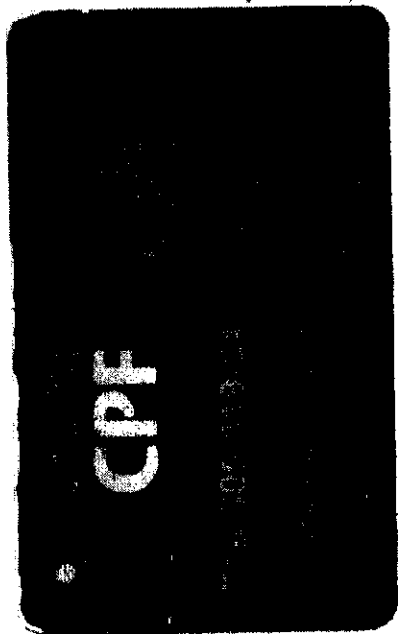
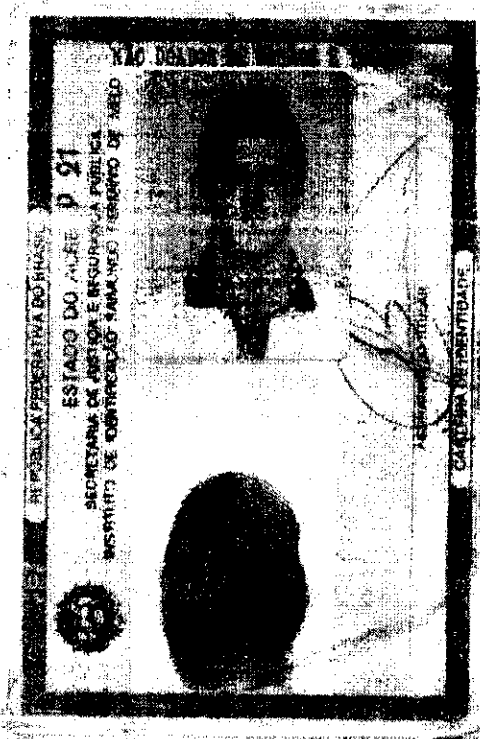
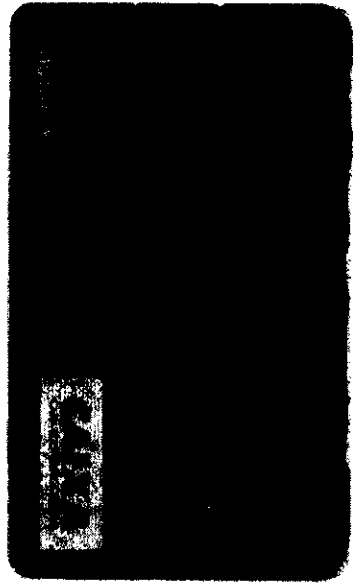
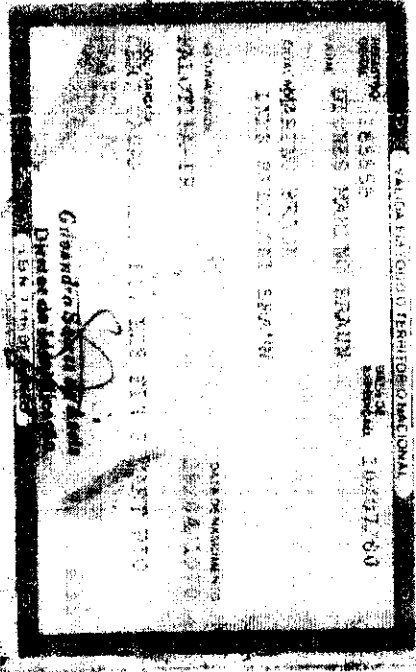
E por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, a Seção Judiciária do Estado do Acre e o fornecedor registrado assinam o presente instrumento, na pessoa dos seus representantes legais, em 3 (três) vias de igual e teor e forma.



José Alves de Albuquerque
Diretor da Secretaria Administrativa
Delegação: Portaria/DIREF 145/2009
CONTRATANTE



Diones Marino Braun
Representante Legal
CONTRATADA



INSTRUMENTO PARTICULAR DE DÉCIMA NONA ALTERAÇÃO CONTRATUAL DE FIRMA EMPRESARIA LTDA

Os abaixo assinados, os Srs. **DIONES MARINO BRAUN**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, comerciante, residente e domiciliado nesta cidade de Rio Branco - AC, na estrada Apolônio Sales n.º 1.082, CEP 69909-710, bairro Placas, portador da RG. 165.555 SSP-AC, CPF - 718.300.819-34, nascido em Palotina - PR no dia 28 de Abril de 1970 e **THIAGO MARINO DA SILVA BRAUN**, brasileiro, solteiro, estudante, residente e domiciliado na estrada Apolônio Sales 1.082, CEP 69909-710, bairro Placas, portador da RG. 1148085-8 SSP-AC, CPF - 016.419.672-05, nascido em Rio Branco - AC, no dia 28 de Janeiro de 1990, ambos componentes da sociedade que gira nesta cidade de Rio Branco estado do Acre sob a razão social de **AUGE PNEUS TRANSPORTES E ARMAZENAGEM LTDA EPP**, devidamente arquivada na Junta Comercial do estado do Acre sob o nº 1220001397-1 em 18 de Março de 1985, e inscrito no CNPJ sob o nº 05.391.917/0001-88, Inscrição Estadual nº 01.000.114-001-68, resolvem de comum acordo alterar o seu contrato social nas cláusulas seguintes:

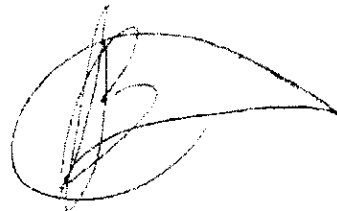
CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade com a razão social de nome **AUGE PNEUS TRANSPORTES E ARMAZENAGEM LTDA**, neste ato passa a ser **ÁGUA AZUL PNEUS LTDA**, e nome fantasia **ÁGGUA PNEUS**.

A vista da modificação ora ajustada, consolida-se o contrato social com a seguinte redação:

CLÁUSULA 1ª: A sociedade gira sob o nome empresarial de **ÁGUA AZUL PNEUS LTDA** e nome fantasia **ÁGGUA PNEUS**, com sede na Av. Getúlio Vargas nº 2.339, bairro Bosque, CEP - 69900-007, nesta cidade de Rio Branco - AC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.391.917/0001-88, inscrita no estado nº 01.000.114-001-68.

CLÁUSULA 2ª: O capital social da empresa que é de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais), no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, fica assim distribuídos entre os sócios: **DIONES MARINO BRAUN**, detém 388.000 (trezentos e oitenta e oito mil) quotas, no valor nominal de R\$ 388.000,00 (trezentos e oitenta e oito mil reais), perfazendo 97% do capital da empresa. **THIAGO MARINO DA SILVA BRAUN** detém 12.000 (doze mil) quotas, no valor nominal de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), perfazendo 3% do capital da empresa.

CLÁUSULA 3ª: A sociedade que tem por objetivo social a exploração do ramo de comércio a venda no varejo de peças e acessórios novos para veículos automotores; outras atividades de serviços pessoais não especificados anteriormente; serviços de reboque de veículos; serviços de manutenção e reparação mecânica de veículos automotores; serviços de lanternagem ou funilaria e pintura de veículos automotores e balanceamento de veículos automotores; comércio varejista de doces, balas, bombons e semelhantes e lojas de variedades, exceto lojas de departamentos ou magazines; transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; transporte rodoviário de mudanças e depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis.



CLAUSULA 4ª: A sociedade iniciou suas atividades no dia 01 de Abril de 1985 e seu prazo não é determinado.

CLAUSULA 5ª: As quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem o consentimento do outro sócio a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para a aquisição se por meio de venda formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente.

CLAUSULA 6ª: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLAUSULA 7ª: A administração da sociedade caberá única e exclusivamente ao sócio **JOSÉ MARINO BRAUN**, com os poderes e atribuições de uso da firma sobre as representações Ativas e Passivas, Judiciais ou Extrajudiciais, sendo-lhe vedado, entretanto, o uso da firma sob qualquer pretexto ou modalidade, em operações ou negócios estranhos ao objetivo social, ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar ou alienar bens móveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLAUSULA 8ª: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do balanço patrimonial e do balanço de resultados econômico, cabendo aos sócios, na apuração de suas quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLAUSULA 9ª: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios convocarão para as contas e designarão administrador quando for o caso.

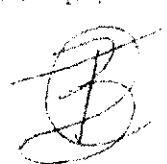
CLAUSULA 10ª: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLAUSULA 11ª: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal a título de Pro-labore, observada as disposições regulamentares pertinentes.

CLAUSULA 12ª: Falecendo ou interdicando qualquer dos sócios, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistente interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado. O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio.

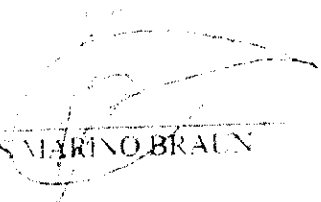
CLAUSULA 13ª: Os administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercerem a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, fraudulenta contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, R.P. pública, ou a propriedade.

CLAUSULA 14ª: Fica eleito o Foro da cidade de Rio Branco estado do Acre, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.




Estes, por estarem, assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias

Rio Branco - AC, 03 de Novembro de 2014.

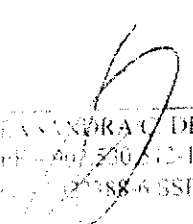


THIBAGO MARINO DA SILVA BRAUN




THIBAGO MARINO DA SILVA BRAUN

TESTEMUNHAS:



ALEXANDRINA C. DE SOUZA MELLO
CPF - 007.530.812-15
RG - 273886 SSP AC



LARISSA FERREIRA BANDEIRA
CPF - 016.378.962-20
RG - 1038182-1 SSP AC



**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO
DA 24ª REGIÃO
DIRETORIA-GERAL**

EXTRATOS DE CONTRATOS

Processo Eletrônico TRT nº 6356/2016. Contrato nº 02/2017. Contratante: TRT 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: Certisign Certificadora Digital S.A., CNPJ nº 01.554.285/0001-75. Objeto: Prestação de serviços de emissão de certificados digitais padrão ICP-Brasil e visitas. Fundamento legal: Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005. Valor total estimado: R\$ 13.805,00. Licitação: Pregão Eletrônico CNJ nº 50/2016. PTRES 107731. ND 3.3.90.39.99. Data assinatura: 11.1.2017. Pelo TRT: Helena Hikari Tominaga, Secretária-Executiva Substituta da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa. Pela Contratada: Isaac Khaffif e Fábio Garbuio.

Processo Eletrônico TRT nº 6356/2016. Contrato nº 03/2017. Contratante: TRT 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: Soluti Soluções em Negócios Inteligentes S.A., CNPJ nº 09.461.647/0001-95. Objeto: Fornecimento de dispositivos tokens USB para armazenamento de certificado digital. Fundamento legal: Leis nº 8.666/1993 e 10.520/2002 e Decreto nº 5.450/2005. Valor total estimado: R\$ 9.250,00. Licitação: Pregão Eletrônico CNJ nº 50/2016. PTRES 107731. ND 3.3.90.39.99. Data assinatura: 11.1.2017. Pelo TRT: Helena Hikari Tominaga, Secretária-Executiva Substituta da Diretoria-Geral de Coordenação Administrativa. Pela Contratada: Lucíola de Queiroz Ferreira.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Proc. 7169/2015. Contratante: TRT 24ª Região, CNPJ nº 37.115.409/0001-63. Contratada: ASBIBOP Serviços de Bombeiro Brigadista Particular Civil Ltda. - EPP, CNPJ nº 10.811.374/0001-40. Espécie: 3º Termo Aditivo ao Contrato nº 16/2015. Objeto: Prorrogação do prazo de vigência de 11.1.2017 a 10.9.2018. Valor mensal do contrato: R\$ 24.465,53. PTRES: 107731. ND 3.3.90.37.07. 2017NE000031. Data da assinatura: 10.1.2017. Pelo TRT: Helena Hikari Tominaga, Secretária-Executiva Substituta da DGCA. Pela Contratada: José Evanio Bernardo dos Santos e Almerio Barros da Silva.

**JUSTIÇA FEDERAL
1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA NO ACRE
SECRETARIA ADMINISTRATIVA**

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato n. 10/2016. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. CONTRATADA: Candiru Construções e Comércio Ltda - ME. OBJETO: Serviços de reforma estrutural em 4 (quatro) pilares de concreto armado que dão sustentação à cúpula de cobertura do hall dos elevadores do edifício sede da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Acre. PREÇO: R\$137.726,77. VIGÊNCIA: 195 dias, contados da data da sua assinatura. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: natureza da despesa: 339039. Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001. BASE LEGAL: Processo Administrativo Eletrônico n. 0000782-36.2016.4.01.8001-JFAC. DATA DE ASSINATURA: 29/12/2016. Assinado por: José Alves de Albuquerque, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e Francisco Wagner Ferreira Campos, pela Contratada.

ESPÉCIE: Contrato n. 11/2016. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. CONTRATADA: E J Engenharia Ltda. OBJETO: Serviços de reforço estrutural em uma viga localizada no piso térreo, sob o auditório do edifício sede da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Acre. PREÇO: R\$33.900,00. VIGÊNCIA: 100 dias, contados da data da sua assinatura. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: natureza da despesa: 339039. Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001. BASE LEGAL: Processo Administrativo Eletrônico n. 0001422-39.2016.4.01.8001-JFAC. DATA DE ASSINATURA: 30/12/2016. Assinado por: José Alves de Albuquerque, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e Eudes Moreira da Costa, pela Contratada.

ESPÉCIE: Contrato n. 12/2016. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. CONTRATADA: Carmem Bastos Nardino. OBJETO: Prestação de serviço de fiscalização dos serviços de reforço nos quatro pilares da claraboia e de uma viga do andar térreo do edifício-sede da Justiça Federal - Seção Judiciária do Estado do Acre, objeto dos contratos n. 10 e 11/2016. PREÇO: R\$7.955,00. VIGÊNCIA: 132 dias contados da data da assinatura. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: natureza da despesa: 339039. Programa de Trabalho 02.061.0569.4257.0001. BASE LEGAL: Processo Administrativo Eletrônico n. 0001572-20.2016.4.01.8001-JFAC. DATA DE ASSINATURA: 30/12/2016. Assinado por: José Alves de Albuquerque, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e Carmem Bastos Nardino, pela Contratada.

EXTRATOS DE REGISTROS DE PREÇOS

PROCESSO N. 0001173-88.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 8/2016, I a XI. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais diversos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 18/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$38.076,00. DATA DE ASSINATURA: 21/12/2016. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. CNPJ/EMPRESAS: 05.801.999/0001-91 - Delta Comercio e Serviços Eireli - Epp; 05.897.246/0001-21 - Lau Comercio de Equipamentos Eletroeletrônicos Ltda; 07.308.989/0001-44 - Vigilante da Glicose Comercio de Produtos para Diabeticos; 08.448.660/0001-41 - Aliança - Industrial e Comercial de Uniformes Acessório; 09.071.136/0001-67 - Horizonte Comercio de Abrasivos e Complementos Ltda; 10.986.234/0001-03 - Total Distribuidora e Atacadista Ltda. - Epp; 11.094.173/0001-32 - Office do Brasil Importação e Exportação Eireli - Epp; 13.026.145/0001-03 - Tucana Energias Renováveis Ltda - Me; 14.004.528/0001-43 - Goldserv Comercial Eireli - Me; 15.383.818/0001-08 - Luvix Comercio Importação e Exportação Eireli - Epp; 23.089.046/0001-24 - Marcus V. Da S. Amorim - Me. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001418-02.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 9/2016. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de compressores. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 23/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$41.183,64. DATA DE ASSINATURA: 21/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 05.780.938/0001-95 - Refrigeração Flora Ltda - EPP. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001146-08.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 10/2016, I a V. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais elétricos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 26/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$169.001,40. DATA DE ASSINATURA: 22/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 09.171.140/0001-05 - Amp Indústria e Comercio de Condutores Eireli; 10.511.935/0001-96 - Montagem Elétrica Ltda - Me; 22.826.671/0001-49 - Eletrotel Eletricidades e Telecomunicações Ltda; 24.935.938/0001-61 - Lema Comercio e Serviços Ltda - Me; 26.338.358/0001-12 - Maria Ivoneide Mota de Araujo. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0000714-86.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 11/2016, I a VII. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais hidráulicos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 17/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$40.855,30. DATA DE ASSINATURA: 22/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 04.010.582/0001-48 - Codil Importação e Exportação Eireli - Epp; 09.071.136/0001-67 - Horizonte Comercio de Abrasivos e Complementos Ltda; 20.337.684/0001-29 - Luara G. de Souza - Me; 20.795.155/0001-79 - Infanteria Comercial Eireli - Me; 23.089.046/0001-24 - Marcus V. da S. Amorim - Me; 24.845.457/0001-65 - Itaca Eireli - Me; 26.338.358/0001-12 - Maria Ivoneide Mota de Araujo. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001144-38.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 12/2016, I a VIII. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais elétricos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 21/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$53.084,20. DATA DE ASSINATURA: 23/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 03.363.727/0001-21 - N. V. Verde & Cia Ltda - Me; 09.210.069/0001-14 - Amauri Vicente dos Anjos - Materiais Elétricos - Me; 09.539.984/0001-58 - Lupe Indústria e Comércio de Componentes Eletrônicos Ltda; 17.451.234/0001-58 - GR Comercio Eireli - Me; 22.854.208/0001-00 - Global Lux Comercio e Serviços Eireli - Me; 24.951.670/0001-51 - Service Energia Ltda - Me; 26.338.358/0001-12 - Maria Ivoneide Mota De Araujo; 42.981.902/0001-04 - Suprema Hidroelétrica Ltda. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001271-73.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 13/2016, I e II. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de copos descartáveis. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 19/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$14.010,00. DATA DE ASSINATURA: 26/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 04.375.274/0001-16 - G P Comercio Limpeza e Serviços Ltda - Me; 05.511.061/0001-37 - Augusto S de Araujo - Me. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001297-71.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 14/2016. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de pneus. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 28/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$42.078,00. DATA DE ASSINATURA: 26/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 05.391.917/0001-88 - Águia Azul Pneus Ltda - Epp. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001148-75.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 15/2016, I a III. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais elétricos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 25/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$21.915,90. DATA DE ASSINATURA: 26/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 15.724.019/0001-58 - Quality Atacado Ltda - Me; 16.743.543/0001-39 - Posterari Assessoria Técnica Ltda - Me; 24.101.048/0001-54 - BG Comercio e Materiais Eireli - Me. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001347-97.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 16/2016, I a III. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de equipamentos de vigilância eletrônica. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 30/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$164.859,50. DATA DE ASSINATURA: 27/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 05.885.398/0001-04 - Maprotem Manaus Vigilância e Proteção Eletrônica Monitoramento; 06.281.518/0001-27 - Vídeo Comercio e Serviço de Segurança Eletrônica Ltda; 10.720.502/0001-40 - André Lima de Souza Eireli - Epp. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

PROCESSO N. 0001108-93.2016.4.01.8001-JFAC. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preço n. 17/2016, I e II. REGISTRADOR: Justiça Federal de Primeira Instância - Seção Judiciária do Estado do Acre. OBJETO: Registro de preços para aquisição eventual e futura de materiais elétricos. MODALIDADE: Pregão Eletrônico n. 31/2016. VALOR GLOBAL DA ATA: R\$34.350,00. DATA DE ASSINATURA: 30/12/2016. CNPJ/EMPRESAS: 10.511.935/0001-96 - Montagem Elétrica Ltda - Me; 17.451.234/0001-58 - GR Comercio Eireli - Me. PRAZO DE VIGÊNCIA: 1 (um) ano, contado da data de assinatura. A Ata está disponível no site www.jfac.jus.br, na Seção "Transparência /Licitações".

**NÚCLEO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA
E PATRIMONIAL**

EDITAL DE INTIMAÇÃO

A Justiça Federal do Acre INTIMA a empresa HI TECH SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA EIRELLI - ME, CNPJ 23252475/0001708, por se encontrar em local incerto e não sabido, a apresentar defesa prévia nos autos do Processo Administrativo n.0001026-62.2016.4.01.8001, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, quanto à aplicação das penalidades de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 2 (dois) anos, haja vista que a empresa descumpriu as obrigações contratuais, referente ao Pregão Eletrônico Nº 6/2016, cuja contratação foi formalizada por meio da Nota de Empenho n. 2016NE000282.

Rio Branco-AC, 10 de janeiro de 2017.

GILMAR PALÚ
Diretor

SEÇÃO JUDICIÁRIA NA BAHIA

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato 107/16. CONTRATANTE: Justiça Federal de 1º Grau-Seção Judiciária da Bahia (Dra. Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa). CONTRATADA: AS ENGENHARIA EIRELI - EPP (Sr. Paulo Sérgio Ladeia Vilasboas), CNPJ/MF 17.700.934/0001-39. OBJETO: Implantação de um link de telecomunicações por meio de fibra óptica. Valor: R\$ 97.900,00. VIGÊNCIA: 128 dias. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: PT 02061056942570001; ND 33.90.39; 2016NE003796, de 29/12/16. BASE LEGAL: Leis 8.666/93, 12.846/13, 12.349/10 e IN 02/10-MPOG, PAe 0011121-45.2016.4.01.8004 (PE 67/16). Ass. em 06/01/17.

EXTRATOS DE TERMOS ADITIVOS

ESPÉCIE: 2º TA contrato 15/15. CONTRATANTE: Justiça Federal de 1º Grau-Seção Judiciária da Bahia (Dra. Cláudia Oliveira da Costa Tourinho Scarpa). CONTRATADA: BAHIA SERVIÇOS EIRELI-EPP (Sra. Maristela de Sousa Correa Reis). OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência por 12 meses. Dotação Orçamentária: PT 02.061.0569.4257.0001 e ND 33.90.37. BASE LEGAL: Lei 8.666/93 (art. 57, II) e PAe 0003534-06.2015.4.01.8004-JFBA. Ass.: 04/01/17.